



**ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA  
MULHER - CNDM**

1 No dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Edifício Parque Cidade, Sala Plenária,  
2 10º andar, foi realizada a 73ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
3 (CNDM). Estiveram presentes na reunião as seguintes conselheiras - Manhã: **Cida Gonçalves**,  
4 Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta do CNDM; **Adélia Moreira Pessoa**, Representante  
5 do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); **Adriana Rosa dos Santos**, Representante  
6 do Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul (FFM); **Alessandra Santos de Almeida**,  
7 Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Representante de  
8 Notório Conhecimento; **Alice Utida Ferreira Manica**, Representante da Casa Civil; **Beatriz**  
9 **Maria Luchese Peruffo**, Representante da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e  
10 Profissionais (BPW-BRASIL); **Berenice D'arc Jacinto**; Representante da Central dos  
11 Trabalhadores em Educação (CNTE); **Celina Alves Padilha Arêas**, Central dos Trabalhadores e  
12 Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Cleide Silva Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional  
13 das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**,  
14 Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); **Gilcelene Braga**  
15 **Assumpção**, Representante das Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Luanda Pires**,  
16 Representante do Notório Conhecimento; **Mara Luzia Feltes**, Representante da Central Única dos  
17 Trabalhadores (CUT); **Márcia Helena Gonçalves Rollemberg**, Representante do Ministério da  
18 Cultura (MINC); **Rafaela Seixas**, Representante do Ministério das Relações Exteriores; **Tereza**  
19 **Martins Godinho**, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Vanja Andréa**  
20 **Reis dos Santos**, Representante da União Brasileira de Mulheres (UBM); Coordenadora Geral do  
21 CNDM **Sandra Marrocos**, e as seguintes assessoras técnicas **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**,  
22 Ministério das Mulheres; **Ana Rocha**, Ministério das Mulheres; **Maria Luiza Aquino**, Ministério  
23 das Mulheres; **Saete Miranda**, Ministério das Mulheres; Estiveram presentes na reunião – Tarde:  
24 **Adélia Moreira Pessoa**, Representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM);  
25 **Adriana Rosa dos Santos**, Representante do Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul  
26 (FFM); **Alessandra Santos de Almeida**, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP);  
27 **Alice Bianchini**, Representante de Notório Conhecimento; **Alice Utida Ferreira Manica**,  
28 Representante da Casa Civil; **Andremara dos Santos**, Representante do Notório Conhecimento;



29 **Beatriz Maria Luchese Peruffo**, Representante da Federação das Associações de Mulheres de  
30 Negócios e Profissionais (BPW-BRASIL); **Berenice D’arc Jacinto**, Representante da Central dos  
31 Trabalhadores em Educação (CNTE); **Celina Alves Padilha Arêas**, Central dos Trabalhadores e  
32 Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**, Representante da  
33 Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); **Cleide Silva Pereira Pinto**,  
34 Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); **Deusimar**  
35 **Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé Héviôsô  
36 ZÔÔNOKUM MEAN; **Evelin Cavalini Santana**, Representante da Articulação Brasileira de  
37 Lésbicas; **Gilcelene Braga Assumpção**, Representante das Evangélicas por Igualdade de Gênero  
38 (EIG); **Luanda Pires**, Representante do Notório Conhecimento; **Mara Luzia Feltes**, Representante  
39 da Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional de  
40 Mulheres Negras no Combate à Violência; **Sarah Barreto Marques Ribeiro**, Representante da  
41 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); **Tereza Martins Godinho**, Representante do  
42 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Vanja Andréa Reis dos Santos**, Representante da  
43 União Brasileira de Mulheres (UBM); Coordenadora Geral do CNDM **Sandra Marrocos**, e as  
44 seguintes assessoras técnicas **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**, Ministério das Mulheres; **Ana**  
45 **Rocha**, Ministério das Mulheres; **Maria Luiza Aquino**, Ministério das Mulheres; **Saete Miranda**,  
46 Ministério das Mulheres

47

48 **Abertura da Reunião:** A reunião foi iniciada e informado como pauta: 09h00 – Boas Vindas –  
49 Coordenação Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos - Câmara Técnica de Monitoramento do  
50 Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; 09h10 - Aprovação da Ata da 71ª Reunião Ordinária;  
51 09h20 - Aprovação da Pauta da 73ª reunião do Pleno; 09h30 - Análise de Conjuntura – Ministra  
52 Cida Gonçalves; 10h00 - Aberto para discussão das conselheiras do pleno (5 minutos para cada);  
53 12h00 - Intervalo para Almoço; 14h00 - Apresentação da síntese dos encaminhamentos da Câmara  
54 Técnica de Assuntos Internacionais; 15h00 - Apresentação da síntese dos encaminhamentos da  
55 Câmara Técnica de Legislação e Normas; 16h00 - Apresentação da síntese dos encaminhamentos  
56 da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM);  
57 17h00 - Apresentação da síntese dos encaminhamentos da Câmara Técnica de Planejamento e  
58 Orçamento; 18h00 - Encerramento do dia. Ato seguinte, foi notificado que a inauguração da Casa  
59 da Mulher Brasileira foi adiada para o dia 19 às 9:30 em Salvador e anunciada a Sra. Sandra



60 Marrocos como representante da secretaria-executiva do conselho. A Sra. Chopelly Glaudystton  
61 Pereira dos Santos questionou se pode ser discutido sobre o evento Brasil sem Misoginia após a  
62 análise da conjuntura. Foi confirmado. A Sra. Adélia Moreira Pessoa propôs a inversão de pauta, de  
63 forma que a Câmara de Legislação e Normas apresente o seu relato após as outras Câmaras  
64 Técnicas. Foi acatado. Diante do exposto, a programação foi aprovada. Com a palavra, a Sra.  
65 Alessandra Santos de Almeida enfatizou a importância da luta pela saúde mental, da realização da  
66 Conferência Nacional de Saúde Mental e do lançamento de dados sobre violência. Comunicou que  
67 a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Sergipe está sofrendo ataques de um  
68 vereador e de uma bancada mais conservadora e questionou se podem se posicionar quanto ao  
69 assunto. Foi sugerido debater o assunto posteriormente. Foi acatado. Iniciada a análise de  
70 conjuntura, a Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos parabenizou o programa Brasil sem  
71 Misoginia, lembrou falha na assinatura do termo de adesão, em que a secretaria executiva do  
72 órgão que representa teve acesso ao termo de adesão antes dela. Pontuou que o conselho não esteve  
73 presente no evento, que deveria ter uma pauta específica sobre a misoginia e esquecer os partidos  
74 políticos que defendem ao comparecerem nas reuniões do conselho. A Sra. Beatriz Maria Luchese  
75 Peruffo agradeceu a participação no conselho e anunciou que a Sra. Alison Regina Mazza  
76 Lubascher, presidente da BPW-BRASIL, participará das próximas reuniões como representante da  
77 instituição. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção discorreu sobre o conflito e o sofrimento das  
78 mulheres na Palestina, principalmente de mulheres grávidas. Alegou que Israel está descumprindo  
79 mandatos internacionais e que deve ser defendida a paz. A Sra. Alice Bianchini salientou a  
80 importância do trabalho realizado pela ministra sobre misoginia e anunciou que será sorteado um  
81 exemplar de seu livro “*Crimes contra Mulheres*” e “*A Ausência do olhar de gênero*”. Afirmou que a  
82 pesquisa DataSenado, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o mapa da violência e o Atlas da  
83 Violência informam dados essenciais como a redução do número de mortes por violência em  
84 mulheres com menos de 30 anos dentro de casa. Destacou a importância do Dia do Laço Branco e  
85 de trazer os homens para a pauta. A Sra. Mara Luzia Feltes salientou a importância de discutir a  
86 igualdade salarial, observar a regulamentação, a autonomia econômica e a política dos cuidados.  
87 Além disso, recomendou acessar a plataforma Participa + Brasil e elaborar uma manifestação sobre  
88 as mulheres na Palestina. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas afirmou que vivem uma crise violenta  
89 internacional e concordou com a nota de apoio ao povo palestino. Recordou a vitória da extrema  
90 direita na Argentina, a lei de Igualdade Salarial, que foi aprovada e regulamentada, e salientou a



91 importância da luta da emancipação da classe trabalhadora. Afirmou que no boletim do Fórum  
92 Nacional das Mulheres Trabalhadoras está sendo solicitada a ratificação da Convenção nº 190. A  
93 Sra. Adriana Rosa dos Santos enfatizou a importância de discutir casos de feminicídios no Brasil,  
94 casos de mulheres com deficiência que sofrem violência e sugeriu realizar a audiodescrição.  
95 Concluiu informando que trouxe uma cartilha sobre o capacitismo e sugeriu debater sobre o  
96 assunto. A Sra. Alessandra Santos de Almeida alegou que deve ser debatido sobre a justiça  
97 ambiental e emergências climáticas, impactos das ações humanas no meio ambiente e o caso em  
98 Maceió, o lugar das mulheres nas emergências globais, a luta das mulheres quilombolas e  
99 indígenas, a descriminalização do aborto, o aumento do encarceramento de mulheres, as políticas  
100 para mulheres em privação de liberdade e mortes de defensoras de direitos humanos. Cientificou  
101 que esse ano foi organizado o GT Sales Pimenta, que está direcionado à defesa dos direitos  
102 humanos. A Sra. Vanja Andréa Reis dos Santos propôs apresentar uma exposição qualificada dos  
103 assuntos relacionados pela ministra no início das reuniões e convidar outras ministras e instituições  
104 para auxiliar na luta. Adicionou que foram aprovados 14 projetos, sendo que um deles é o protocolo  
105 “*Não é não*” para as casas noturnas. Ressaltou a importância da campanha Brasil sem Misoginia, do  
106 monitoramento e da possibilidade da mulher levar acompanhante na consulta. A Sra. Rafaela Seixas  
107 notificou que o Brasil assumiu a presidência do G-20 até o dia 30 de dezembro de 2024.  
108 Acrescentou que criaram um grupo de trabalho sobre o empoderamento das mulheres, o que não  
109 impede que o conselho discuta esse tema e de outros como os desastres. A Sra. Berenice D’arc  
110 Jacinto asseverou que as políticas conservadoras são ruins para as mulheres e que o congresso é  
111 conservador. Ponderou que deve ser discutido sobre o Novo Ensino Médio, o emprego para as  
112 adolescentes, a importância da relação das secretarias dos estados e a política de rede para todas as  
113 comunidades. Finalizou propondo atividades conjuntas com as entidades presentes. A Sra. Adélia  
114 Moreira Pessoa noticiou que foi aprovada lei estadual para capacitação de garçons relacionados ao  
115 protocolo “*Não é Não*”. Argumentou que a lei é o ponto de partida e que posteriormente deve ser  
116 passado pelas estratégias políticas, informação e motivação das mulheres para que procurem os seus  
117 direitos. Destacou a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do acesso das  
118 mulheres à justiça e de verba direcionada a violência da mulher no Fundo de Segurança Pública. A  
119 Sra. Cleide Silva Pereira Pinto cientificou que participou na Corte Interamericana de Direitos  
120 Humanos e que no dia 20 haverá uma reunião. A Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg  
121 informou que está prevista a ocorrência da Conferência de Cultura e Mulher, que aconteceu o



122 Festival Brasil é Terra Indígena e salientou a importância da discussão sobre a cultura relacionada à  
123 diversidade. Adicionou que existem 4.500 pontos de cultura em 1.200 municípios, que está sendo  
124 implantada a Política Nacional Aldir Blanc hoje, e que estão ativando núcleos de cultura e  
125 realizando campanhas sobre a violência de gênero. Concluiu propondo uma moção de  
126 reconhecimento à bancada feminina no congresso. A Ministra Aparecida Gonçalves argumentou  
127 que deve ser pensado em uma análise de conjuntura para 2024, lembrou que houveram programas  
128 que objetivaram resolver o endividamento, acrescentou que não venceram o fascismo e que  
129 atingirão a quantidade de 20 projetos relacionados às mulheres. Arguiu que a moção sobre  
130 reconhecimento pode ser enviada para todas as instâncias. Complementou que devem averiguar as  
131 atualizações nos Estados Unidos sobre trabalhadores, sobre o conflito entre a Guiana e a Venezuela  
132 e as desigualdades sociais. Ressaltou a importância dos países terem responsabilidade com o  
133 planeta. Lembrou que ocorrerão as eleições municipais, pontuou que é necessário discutir a  
134 igualdade salarial com o movimento sindical e comunicou que enviará o decreto de regulamentação.  
135 Citou como desafio a exclusão de mulheres, devendo ser discutido o que deve ser realizado para a  
136 inclusão de mulheres e as condições de trabalho, principalmente as mulheres que trabalham de  
137 forma informal. Declarou que é necessário verificar o que está sendo realizado e o modo. Destacou  
138 a importância da campanha Brasil sem Misoginia, aconselhou criar um curso para ensinar os  
139 homens na tarefa do cuidado e alegou que em 2024 devem ser eleitas o máximo possível de  
140 mulheres e escrever textos sobre o assunto. Finalizada a análise de conjuntura a reunião foi  
141 encerrada. Tarde: 2hs A Sra. Sandra Marrocos iniciou a reunião cumprimentando a todas, informou  
142 que foi decidida na Comissão Política realizar a primeira reunião em 2024 na segunda quinzena de  
143 fevereiro e não ter reunião das Câmaras Técnicas e da comissão política. Devido a necessidade de  
144 eleger duas conselheiras para organizar o planejamento da reunião de três dias em fevereiro, foi  
145 sugerido a participação das conselheiras Vanja Andréa Reis dos Santos, Adriana Rosa dos Santos e  
146 Alison Regina Mazza Lubascher. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos sugeriu realizar  
147 reunião com dois dias de planejamento e um dedicado a reunião do Pleno. A Sra. Alice Utida  
148 Ferreira Manica lembrou que pode ser marcado na semana do dia 19 e do dia 26. A Sra. Adélia  
149 Moreira Pessoa noticiou o retorno da Sra. Andremara dos Santos ao conselho e sugeriu a ocorrência  
150 da reunião do conselho nos dias 19 a 21 de fevereiro. A Sra. Andremara dos Santos alegou que é  
151 necessário pensar na conferência, solicitou que sejam incluídas as ações que devem ser realizadas  
152 contra a violência na pauta e concordou com a proposta de reunião de 19 a 21 de fevereiro. A Sra.



153 Gilcelene Braga Assumpção concordou com a realização da reunião na semana do dia 19 a 26 de  
154 fevereiro. Foi concordado com a proposta de ter três dias de reunião. Foi pontuado que existem  
155 duas propostas: 19 a 21 de fevereiro e 20 a 23 de fevereiro. Foi concordado que reunião ocorrerá  
156 nos dias 20 a 22 de fevereiro, sendo que os primeiros dias serão destinados ao planejamento e no  
157 último dia acontecerá a reunião do Pleno. Foi relatado que a comissão organizadora será composta  
158 por dois representantes da sociedade civil (Vanja Andréa Reis dos Santos, Adriana Rosa dos Santos  
159 e Alison Regina Mazza Lubascher) e três representantes do governo (Sandra Marrocos, Maria Luiza  
160 Aquino Atiliana da Silva Vicente Brunetto). Ato seguinte, foi proposto a realização do Encontro  
161 Nacional do Movimento de Mulheres e Feministas em Brasília e um ato no Congresso Nacional em  
162 defesa da pauta das mulheres no encerramento do evento, previsto para a última semana de março e  
163 a presença de uma representante de cada câmara técnica, três representações do Ministério das  
164 Mulheres e uma representante da pauta LBT na comissão organizadora. A Sra. Chopelly  
165 Glaudystton Pereira dos Santos alegou que ao abordar políticas para mulheres, a população LBT's  
166 deve ser citada e questionou se será construída pela organização para apresentar ao Pleno.  
167 Complementou que não é necessário ter uma pessoa representante da população LBT's, todavia  
168 todas as mulheres devem defender a pauta. A Sra. Evelin Cavalini Santana se inscreveu para  
169 participar desse evento. A Sra. Alessandra Santos de Almeida arrazoou que deve ser discutido sobre  
170 a transfobia e que é fundamental ter uma representante transexual para representar. A Sra. Luanda  
171 Pires concordou com o posicionamento da Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos e se  
172 colocou a disposição. A Sra. Mara Luzia Feltes enfatizou a importância do evento, previsto para o  
173 final de março. Explicou que o ato trata de uma ida ao congresso para a entrega do documento.  
174 Logo após, foi ressaltado que a última semana de março possui feriados. Foi definido que a Sra.  
175 Evelin Cavalini Santana irá compor a equipe do evento de 8 de março e foi informado que a Sra.  
176 Sandra Marrocos, Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos e a Sra. Ana Rocha estão compondo a equipe  
177 do Mapa Colaborativo. Em seguida, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos relatou que foram  
178 sugeridas várias pautas, a saber: enfrentamento a misoginia, igualdade salarial, política de cuidados,  
179 violência de gênero, guerra na Palestina, alienação parental, mulheres e justiça climática,  
180 enfrentamento a intolerância religiosa e pacto de enfrentamento ao feminicídio e violência política  
181 contra as mulheres. Isto posto, foi destacada a importância de discutir a Guerra na Palestina. A Sra.  
182 Sandra Marrocos afirmou que foi sugerido a discussão dos assuntos nos estados. A Sra. Vanja  
183 Andrea Reis dos Santos ponderou que os assuntos poderão ser encaminhados aos estados e que



184 podem ser sugeridos outros temas para o dia 8 de março. Complementou que haverá uma reunião  
185 virtual no GT de cuidados no dia 21 de dezembro às 09:30 com o conselho para verificar propostas  
186 para a política de cuidados. Relembrou que foi sugerido elaborar uma nota para a bancada feminina,  
187 uma nota parabenizando a conferência de saúde mental, e denunciar sobre o caso da Sra. Cleide.  
188 Sugeriu enviar as considerações sobre o tema à Câmara Técnica. Foi destacado que não foi  
189 solicitada a inversão de pauta. A Sra. Mara Luzia Feltes salientou a importância de discutir e enviar  
190 os assuntos para os espaços de debate. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos ressaltou a importância  
191 de discutir sobre a Guerra na Palestina. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas explanou que a reunião é  
192 ampla com todos os movimentos de mulheres, e sugeriu acrescentar como assuntos as convenções  
193 190 e 156 da OIT como assuntos importantes no dia 8 de março. A Sra. Sandra Marrocos esclareceu  
194 que a reunião acontecerá apenas com integrantes do conselho. Foi notificado que a consulta sobre o  
195 assunto terminará no dia 15. A Sra. Sarah Barreto Marques Ribeiro sugeriu abordar sobre a mulher  
196 com deficiência e a falta de acesso para as pessoas com deficiência. Na sequência, foi iniciado o  
197 relato da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais. A Sra. Adriana Rosa dos Santos informou  
198 que discutiram sobre a participação da sociedade civil nos eventos internacionais relevantes para as  
199 mulheres como a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos, a Reunião de Ministros e  
200 Altas Autoridades da Mulher em novembro e a participação da sociedade civil do CNDM na 68ª  
201 CSW. Além disso, debateram os efeitos de situações de risco e emergências humanitárias para  
202 mulheres e meninas e desastres climáticos e o planejamento de 2024. Relatou como  
203 encaminhamentos: solicitação de definição de ponto focal da secretaria executiva do Ministério das  
204 Mulheres para que possam auxiliar nas estratégias de comunicação na Câmara Técnica de Assuntos  
205 Internacionais e no cronograma de eventos relacionados a câmara técnica e solicitar a presença do  
206 CNDM e da Assessoria Internacional do CNDM na apresentação a CTI e ao conselho do calendário  
207 de eventos internacionais; necessidade de comunicação antecipada aos eventos previstos; ter maior  
208 interação entre a Assessoria Internacional do MM e a CTI para agendar com antecedência para a  
209 participação das conselheiras. Logo em seguida, informou que existe um *link* aberto para a inscrição  
210 de ONG's credenciadas de 26 de outubro a 26 de janeiro de 2024. Salientou a importância da  
211 participação das conselheiras na CSW e declarou que pode enviar relato sobre reunião do G-20.  
212 Relatou como encaminhamento: Disponibilizar ao CNDM uma nota conceitual do GT de prevenção  
213 de desastres do MDR. Declarou que o planejamento da Câmara Técnica está vinculado ao  
214 calendário do CNDM. Finalizou lembrando a importância do trabalho da Sra. Beatriz Maria



215 Luchese Peruffo. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos indagou se as representações  
216 serão referendadas no Pleno e reforçou a importância das mulheres LBT's. A Sra. Vanja Andrea  
217 Reis dos Santos questionou como o Brasil está enfrentando os Desafios do Milênio. Sugeriu realizar  
218 um levantamento sobre o que está sendo realizado sobre o assunto, outros pactos e o  
219 posicionamento do governo. A Sra. Mara Luzia Feltes aconselhou verificar a devolutiva do que foi  
220 solicitado em cada câmara. Argumentou que podem debater sobre os critérios de participação e  
221 lembrou que foi sugerido criar outro grupo para enviar somente os informes. A Sra. Adélia  
222 Moreira Pessoa recordou o objetivo de desenvolvimento sustentável relacionado a mulher e a  
223 adequação que o IPEA realizou no Brasil no tocante a raça e gênero. Argumentou que devem  
224 observar as leis nacionais e convenções internacionais, o que permite a Câmara Técnica realizar  
225 recomendações. Propôs que a Câmara Técnica de Legislação e normas analise o assunto e alegou  
226 que é fundamental determinar os critérios de participação. A Sra. Alice lembrou convenção da  
227 CNO que não aborda sobre a diversidade. Explicou que podem criar recomendações, visto que as  
228 convenções são como leis brasileiras. A Sra. Alessandra Santos de Almeida discorreu sobre a ONU  
229 Mulheres, propôs contatar a ONU Mulheres no retorno das ações do conselho para discutir os  
230 objetivos de desenvolvimento sustentável e realizar uma missão a Maceió. A Sra. Adriana Rosa dos  
231 Santos concordou e enfatizou a necessidade de criar critérios. A Sra. Sandra Marrocos ressaltou a  
232 importância do calendário. Cientificou que todas as representações precisam enviar um relatório  
233 final e concordou com a criação do grupo de informes. Respondeu que os marcos regulatórios serão  
234 verificados para a permissão de representação do CNDM em eventos e grupos. A Sra. Adriana Rosa  
235 dos Santos lembrou que enviou a devolutiva das visitas realizadas por ela. Ato contínuo, foi  
236 iniciado o relato da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as  
237 Mulheres (PNPM). A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos informou que não foi indicado  
238 representante do Ministério do Planejamento e Orçamento, relatou como encaminhamento a atuação  
239 no GT da criação da câmara técnica de mulheres e meio ambiente. Arrazou que o GT é  
240 coordenado pela Sra. Luanda Pires, a Sra. Alessandra Rosa dos Santos e a Sra. Jane e que está  
241 prevista a presença de convidadas externas. Sobre a Caravana das Mulheres no controle pela  
242 reconstrução do Brasil, relatou que foi criada uma comissão e afirmou que busca-se criar um projeto  
243 que será entregue para a Comissão Política e depois para o Pleno. Adicionou que a Sra. Vanja, Sra.  
244 Berenice e a Sra. Jane participarão do grupo e que foi indicado como convidado externo o CNS,  
245 pois possuem o GT da educação continuada. Discorreu que a caravana tem como tema principal a



246 formação do movimento social para o controle social, que procura verificar as políticas para as  
247 mulheres em cada ministério e atuar no sentido de promover o debate sobre a mulher e violência de  
248 gênero na política. Complementou que será discutido o assunto até 20 de janeiro. Declarou que  
249 foram abordados os 14 projetos para a Câmara, argumentou que o protocolo Não é Não deve ser  
250 acompanhado, além da determinação da justiça comum para a violência doméstica cometida entre  
251 militares, sendo necessário avançar na pauta quanto a violência doméstica cometida por militares.  
252 Acrescentou que deve ser discutido sobre a guarda temporária para mulheres no período de  
253 amamentação e a prisão preventiva de ofício em crimes de violência contra a mulher, o que  
254 criminaliza a divulgação sem consentimento de foto ou vídeo que expõe a intimidade da mulher e  
255 importunação sexual praticada no transporte de passageiro individual remunerado ou aplicativo.  
256 Assegurou que será solicitado de imediato o protocolo Não é Não. A Sra. Luanda Pires ressaltou a  
257 importância de elaborar o mapa do funcionamento das secretarias em cada estado e discorreu sobre  
258 a motivação da juventude na caravana. Concordou com o apoio da Marcha Trans em 24 de janeiro,  
259 sugeriu a elaboração de uma nota técnica em conjunto com o conselho LGBTQIA+ sobre o nome e  
260 o sexo dos RG's e desenvolver nota de apoio à ministra para definir o que é mulher. A Sra. Mara  
261 Luzia Feltes se candidatou para a organização da caravana e questionou se as questões serão  
262 encaminhadas ao planejamento. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos explicou que  
263 será enviado um documento ao conselho referendando a presença dela na pauta LGBTQIA+,  
264 questionou se há a possibilidade de disponibilizar passagens para outras representantes da categoria  
265 e trazer duas ou três conselheiras para a Marcha Trans. A Sra. Sandra Marrocos enfatizou a  
266 importância da caravana, notificou que a Câmara de Monitoramento está propondo ações nos  
267 estados com o apoio dos conselhos estaduais e municipais, tendo como base norteadora a formação  
268 das mulheres para o controle social. Adicionou que todas as demandas serão enviadas para o  
269 planejamento. Sugeriu elaborar encaminhamentos para enviar para o planejamento. Ato seguinte,  
270 foi iniciado o relato da Comissão de Planejamento e Orçamento. A Sra. Gilcelene Braga  
271 Assumpção discorreu que acompanharam o PPA e que a Câmara participará do orçamento  
272 participativo. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos discorreu sobre editais de fomento,  
273 lembrou que receberam fomento para manter o Centro de Convivência das Mulheres e que  
274 existem núcleos que defendem o assunto como o Núcleo de Mulheres Trans vítimas de violência.  
275 Foi destacado que serão fornecidas atualizações sobre o orçamento participativo, que desejam  
276 participar no caderno de emendas no próximo ano e comunicado que será discutido sobre os cursos



277 de formação de mídias para mulheres. A Sra. Mara Luzia Feltes ponderou que os itens serão  
278 enviados para o planejamento e sugeriu a participação de uma representante da Comissão de  
279 Planejamento e Orçamento no planejamento. A Sra. Adriana Rosa dos Santos aconselhou que os  
280 cursos de formação sejam debatidos no Pleno. Foi questionado se foi mantida a discussão do  
281 orçamento participativo sobre os marcadores de raça e gênero. A Sra. Sandra Marrocos parabenizou  
282 os relatos, explanou que dentro das peças orçamentárias foram propostos recursos para o conselho,  
283 que será construída uma proposta de formação e que pode ser enviado para o planejamento solicitar  
284 um especialista em editais e projetos. Foi pontuado que os itens discutidos nas câmaras devem ser  
285 incluídos no planejamento estratégico. A Sra. Mara Luzia Feltes lembrou que a falta de resposta  
286 dos relatórios foi prejudicial. Foi sugerido ter uma ata mais objetiva com modelo de relatórios. Em  
287 seguida, passou-se para a Câmara Técnica de Enfrentamento ao Racismo. A Sra. Deusimar Corrêa  
288 informou como temas: monitoramento e acompanhamento da saúde mental da mulher negra com  
289 foco no racismo, as dificuldades da mulher negra no mercado de trabalho com racismo estrutural, o  
290 empobrecimento e a sobrecarga do cuidado e o sofrimento das mulheres. Adicionou que será  
291 enviado um relatório sobre a mulher negra. A Sra. Sandra Laules arrazoou sobre a necessidade de  
292 psicólogas negras em Feira de Santana e amostras culturais. Ato contínuo, a Sra. Deusimar Corrêa  
293 relatou pesquisa sobre pessoas na linha da pobreza e dados da mulher negra no mercado. Citou  
294 como encaminhamento: presença de representante do Ministério da Saúde na próxima reunião para  
295 trazer dados sobre o tema saúde mental da mulher negra, representante do Ministério do  
296 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de  
297 Cuidados e Família na reunião da Câmara de Enfrentamento ao Racismo de modo a apresentar  
298 como que a mulher negra está sendo observada como prioridade na Política Nacional de Cuidados,  
299 incluir uma pessoa na Câmara Técnica de Combate ao Racismo, criar um selo para as empresas que  
300 mantém mulheres e distribuir cesta básicas para as mulheres e ter um representante do Ministério da  
301 Igualdade Racial para compreender como está sendo realizada a intervenção do Ministério da  
302 Igualdade Racial em casos de racismo. Solicitou que na próxima reunião seja separado um espaço  
303 para comentários sobre o relato caso seja necessário. A Sra. Mara Luzia Feltes propôs enviar o  
304 relato no grupo de informes e verificar no planejamento como fazer uma devolutiva sobre os  
305 assuntos. Noticiou que no movimento sindical, na área de saúde do trabalhador, estão se  
306 preocupando com a anemia falciforme e pensando em como podem proteger as pessoas que  
307 possuem essa doença. A Sra. Adélia Moreira Pessoa lembrou o Prêmio Innovare, que foi dado



308 para um promotor negro e discorre sobre um projeto sobre a educação para o protagonismo negro.  
309 No tocante a Câmara Técnica de Legislação e Normas, recordou que houve uma reunião no Senado  
310 e afirmou que acompanharão os PL's. Adicionou que marcaram uma reunião virtual para o dia 05  
311 de fevereiro, e o envio de sugestões para o planejamento até 04 de fevereiro. Asseverou que  
312 solicitam verificar com a ConJur a possibilidade de alternância entre governo e sociedade civil na  
313 presidência do conselho e que verificarão os projetos de leis de reservas de assentos no Poder  
314 Legislativo. Afirmou que existem 4 GT's aprovados neste conselho, que são: Direitos Sexuais e  
315 Reprodutivos, coordenado pela Sra. Dirlene e Sra. Alessandra, Autonomia e Política do Cuidado  
316 coordenado pela Sra. Sônia Zerino, Varas híbridas e Equidade na participação da mulher nos  
317 espaços de poder e decisão. Complementou que o grupo de trabalho de Autonomia e Política do  
318 Cuidado precisa de aprofundamento, estudo dos projetos de lei e de uma representação do conselho.  
319 Declarou que o grupo de trabalho de Varas híbridas precisa de uma participação maior de  
320 conselheiras, sendo que participa a Sra. Luanda Pires. Diante do exposto, a Sra. Andremara dos  
321 Santos se candidatou. O grupo de trabalho sobre Equidade na participação da mulher nos espaços de  
322 poder e decisão é coordenado por Alice Bianchini e Celina. A Sra. Alice Bianchini recordou quanto  
323 ao grupo de trabalho Equidade na participação da mulher nos espaços de poder e decisão que foi  
324 criado um grupo onde discutiram o assunto no congresso e foi proposto a elaboração de uma nota  
325 técnica avaliando os projetos de lei sobre a reserva de cadeiras. Argumentou que é necessário  
326 garantir 30% das cadeiras, se colocou a disposição para auxiliar na nota sobre o que é mulher e  
327 sugeriu discutir sobre inserir os nomes que desejam nos prisms. Discorreu sobre a importância de  
328 debater prevenção dos feminicídios. A Sra. Mara Luzia Feltes relembrou sobre processo de  
329 mudança de porcentagem de cotas no estatuto. A Sra. Sarah Barreto Marques Ribeiro se candidatou  
330 ao GT de Equidade na participação da mulher nos espaços de poder e decisão. A Sra. Sandra  
331 Marrocos destacou que será realizada a consulta à Conjur, que não existe *quórum* para prolongar os  
332 grupos de trabalho. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, a reunião foi encerrada.